

# RESOLUÇÃO DA MESA NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

22 ABRIL 2018



## **O CRESCIMENTO E O EMPREGO SÃO O ÚNICO CAMINHO PARA UMA CONSOLIDAÇÃO QUE VENHA PARA FICAR. REGRESSO AO PASSADO É NÃO COMPREENDER ISTO.**

O enquadramento macroeconómico do Programa de Estabilidade confirma tudo o que o Bloco de Esquerda tem afirmado a respeito da recuperação económica e da criação de emprego. Os dados para 2016 e 2017 apontam a procura interna como um elemento que apoiou a dinâmica de crescimento da economia. A política de devolução de rendimentos ajuda a explicar não apenas a recuperação económica, mas também, por via desta, a consolidação orçamental.

As projeções do governo para o período 2018-2022 confirmam esta tendência. No entanto, para que a mesma se confirme, é decisivo apostar mais fortemente numa política de valorização do trabalho, no setor público como no setor privado. Essa valorização só será possível com alterações mais profundas na legislação laboral, que combatam a precariedade e promovam a contratação coletiva e o aumento de salários, bem como com a atualização das pensões. E é precisa uma maior aposta no investimento público que assegure a sustentabilidade do Estado Social.

## **METAS DA CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTAL SÃO METAS, NÃO SÃO PONTOS DE PARTIDA.**

No quadro deste balanço, que é o balanço do próprio governo, é incompreensível que a margem de manobra orçamental conseguida graças ao sucesso da devolução de rendimentos não seja reinvestida na intensificação dessa política, nomeadamente através de um significativo reforço do investimento público que, depois de quatro anos de austeridade, se encontra em mínimos históricos.

Para isso tem contribuído a travagem pelo Ministério das Finanças de múltiplos investimentos urgentes nos serviços públicos e noutras infraestruturas, investimentos previstos e orçamentados mas adiados. Esta prática tem originado situações de rutura cujas consequências sociais e humanas responsabilizam todo o governo e o Primeiro-Ministro em particular.

A obstinação com a máxima consolidação em cada exercício orçamental, de uma matriz neoliberal que o país conhece bem, inibe um crescimento mais robusto, com duas consequências: agravamento das metas de

consolidação orçamental nos anos seguintes (fixadas em função da execução dos anos anteriores); prejuízo para a consolidação orçamental no médio prazo, que seria favorecida por um crescimento e uma criação de emprego mais fortes do que as registadas até agora.

## **COMPROMISSOS PARA VALER**

O acordo entre o Partido Socialista e os partidos à sua esquerda assentou num compromisso. Bloco de Esquerda e PCP negociaram sucessivos orçamentos no quadro de restrições assumidas pelo governo sob imposição de Bruxelas, apesar de não concordarem com as mesmas. Em contrapartida, o PS assumiu o compromisso de concretizar uma política de devolução de direitos e recuperação do Estado social. Os orçamentos aprovados e as metas que deles constam são a expressão desse compromisso.

Esse compromisso não se limita a uma contabilidade das medidas dos acordos já concretizadas. Há investimentos urgentes, previstos e cabimentados nesses orçamentos, que estão bloqueados. Ao mesmo tempo, o governo altera o quadro aprovado em orçamento, em nome da ultrapassagem dos compromissos assumidos com Bruxelas para o défice.

Da mesma forma, o anúncio unilateral de medidas para o próximo orçamento - como o congelamento dos salários da função pública pelo 10º ano consecutivo -, contradiz a letra dos acordos assinados pelos partidos da maioria parlamentar, em que todos se comprometem a negociar conjuntamente cada orçamento e as medidas que deles constam.

## **O PAÍS PRECISA DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

São preocupantes as projeções do governo que apontam para uma redução da dimensão do Orçamento em 2,5 pontos percentuais do PIB até 2022. Isto significa que o investimento nas políticas públicas não chegará sequer a acompanhar o crescimento, uma escolha política e ideológica com consequências na qualidade dos serviços públicos e no desenvolvimento económico e social.

Esta restrição visa atingir um absurdo excedente primário de 4,5% em 2021. O Estado passará a retirar da economia cerca de 10 mil milhões de euros por ano, em termos líquidos. Ou seja, bem mais de um Serviço Nacional de Saúde. Esta política inspira-se na miragem de que o país poderá pagar a dívida através de décadas de uma política económica regressiva e por isso foi elo-

giada pelo ex-ministro Vítor Gaspar. A realidade mostra que, mesmo que a dívida portuguesa fosse pagável - e não é -, a variável que mais tem contribuído para a redução do rácio dívida/PIB foi o crescimento nominal.

Os últimos anos provaram que as políticas públicas, os serviços públicos e o investimento público são os melhores instrumentos para promover um crescimento inclusivo, a criação de emprego de qualidade, a redução dos fatores de dependência externa da nossa economia e também a consolidação orçamental. Mário Centeno falou recentemente de “regresso ao passado”, fazendo seu o discurso da direita sobre a crise. Regresso a um passado bem recente é esse discurso e, pior do que o discurso, estas opções políticas.

## **A SAÚDE NA ENCRUZILHADA DO ESTADO SOCIAL**

A explosiva situação na saúde, pelos cortes efetuados, pela suborçamentação, pela falta de reformas inadiáveis, pela falta de diálogo com os profissionais, pela degradação das estruturas e condições de trabalho, a par de uma ofensiva ímpar de importantes sectoriais privados, que atingem pela primeira vez um número de hospitais maior do que os do SNS, exige um ultimato ao governo.

O BE agendará na presente sessão legislativa a proposta de uma nova Lei de Bases da Saúde. Não seremos condicionados pelo grupo de trabalho nomeado pelo Governo e dirigido por Maria de Belém Roseira que, com os seus prazos, tem como único fruto possível impedir uma lei de bases nesta legislatura e com esta maioria. Da mesma forma, não esperamos pelo debate da Lei de Bases para pôr na ordem do dia a necessidade de resposta às solicitações mais urgentes do SNS, ao controlo de catividade dos privados e apoio às reivindicações dos profissionais de saúde.

O SNS merece mais e o Bloco está disposto a tudo fazer para um contrato social, entre o Estado, as populações e os profissionais de saúde, na defesa da sua universalidade, acessibilidade e inclusividade.

## **HABITAÇÃO: O PILAR DO ESTADO SOCIAL POR CUMPRIR**

Como a Saúde, a Segurança Social ou a Educação, a Habitação é um direito básico que faz parte das obrigações elementares de um Estado social. Abril colocou na Constituição o direito à habitação, mas está longe de o concretizar. É um dos défices da nossa democracia.

Em Portugal, apenas 2% da habitação é pública, o que contrasta com os mais de 30% da Holanda, mais de 20% da Áustria ou Dinamarca, mas de 10% na França, no Reino Unido ou na Finlândia.

Eradamente, os recursos públicos para a habitação concentraram-se ao longo de décadas na bonificação

dos juros do crédito e no incentivo à aquisição de casa própria. Nos anos 90, o PER procurou erradicar os bairros degradados e de autoconstrução, mas não foi concluído nem teve continuidade; persistem bairros degradados e más condições de habitabilidade para milhares de pessoas; o mercado de habitação é especulativo, não responde às necessidades, expulsa moradores das áreas centrais das cidades cada vez mais gentrificadas. As iniciativas de governo e municípios para oferta de habitação pública são incipientes ou inexistentes.

O Bloco de Esquerda empenhou-se na construção de novas políticas para a habitação, tanto no âmbito do acordo com o Partido Socialista e do grupo de trabalho com o governo sobre as questões de habitação, como no âmbito do trabalho parlamentar sobre o tema. A Lei do arrendamento apoiado foi alterada. Decorre o processo legislativo para regulação do alojamento local. E estamos empenhados na revogação das normas gravosas do NRAU como numa nova Lei de Bases para a Habitação. O debate da nova Lei de Bases, para ser consequente, não pode servir para atrasar os avanços necessários no imediato.

Para enfrentar a crise habitacional, é urgente uma profunda mudança da Lei do arrendamento, cruzada com investimento na oferta pública de habitação, regulação do Alojamento Local e com o fim das isenções fiscais aos residentes não permanentes (cidadãos estrangeiros que comprem casa em Portugal para não pagarem impostos no país de origem nem cá – fator de especulação imobiliária).

Seja no âmbito das negociações do Orçamento do Estado, seja na reprogramação e programação de investimento comunitário, o Bloco bate-se pelo investimento público na construção e reabilitação de habitação, com critérios de eficiência energética e com garantia de rendas sociais e rendas controladas. Retomaremos a proposta de retirar o investimento em habitação dos tetos de endividamento das autarquias e de medidas de política fiscal e outras que combatam a especulação imobiliária e promovam a mobilização para habitação permanente dos mais de 700 mil fogos vazios que existem em Portugal. Já a 4 de maio, no parlamento, propomos uma profunda transformação nas regras do arrendamento.

## **RESPONDER AO ABUSO DOS DESPEJOS EXIGE A MUDANÇA URGENTE DA LEI DO ARRENDAMENTO**

Milhares de moradores estão a enfrentar despejos e aumentos especulativos das rendas que não podem suportar. O direito constitucional à habitação é cada vez menos efetivo, tanto para pessoas de baixos rendimentos, como para as de rendimentos intermédios.

Esta situação resulta da ausência de um parque habita-

cional público, que funcione como regulador do mercado, e do agravamento das condições de mercado com a lei das rendas de Assunção Cristas. Nesta legislatura, foi conseguido o prolongamento dos períodos de proteção contra despejo para idosos e pessoas com deficiência. Uma medida importante, mas claramente insuficiente.

Mudar a Lei do arrendamento (NRAU) é a urgência a que a esquerda tem de responder de imediato, para garantir maior estabilidade nos contratos de arrendamento, promover contratos de longa duração, acabar com a liberalização dos despejos, extinguir o balcão nacional dos despejos (BNA) e controlar o aumento das rendas.

## **NÃO HÁ DESCENTRALIZAÇÃO SEM DEMOCRACIA**

O Bloco de Esquerda repudia o atual processo de descentralização empreendido pelo governo e o acordo firmado entre PS e PSD sobre esta matéria. Este acordo, além de ignorar a Regionalização como elemento central da descentralização, colocará em causa serviços públicos universais, como os da Saúde, Educação, Cultura, entre outros. Assistimos a um processo de transferência de competências para os municípios, as CCDR, as CIM - órgãos que nenhum cidadão elegeu.

## **PAZ, VERDADE E RESPONSABILIDADE NA SÍRIA**

A situação na Síria exige a maior responsabilidade e ponderação nos passos a tomar. A confrontação de potências militares que ali decorre exige que se dê centralidade a instâncias de resolução de conflitos, nomeadamente com o objectivo de proteger as populações. A utilização de armas químicas constitui um crime e um atentado humanitário gravíssimo, que tem de ser investigado. É nesse sentido que o Bloco apoia os esforços da ONU e da Organização para a Proibição das Armas Químicas no sentido de uma investigação independente. Pelo contrário, repudiamos a agressão dos Estados Unidos e de alguns dos seus aliados europeus, em choque com o direito internacional. Esta política pode inviabilizar qualquer investigação séria e contribui para o descontrolo da situação militar, política e diplomática.

Portugal conhece bem os riscos de uma escalada militar com base em alegações não provadas. Tal como sucedeu no caso Skripal, defendemos um posicionamento autónomo da diplomacia portuguesa, pautado pela exigência de apuramento de factos e alheio à propaganda de qualquer parte do conflito.

## **DEFENDER A DEMOCRACIA CONTRA O GOLPE NO BRASIL**

O golpe do Estado judicial em curso no Brasil conheceu desenvolvimentos ainda mais preocupantes com a prisão sumária do ex-presidente Lula e com o assassinato de Marielle Franco, vereadora do PSOL no Rio de Janeiro. A direita brasileira usa o aparelho judicial, não ape-

nas para retirar da corrida presidencial o mais provável vencedor, mas também para afastar Lula da campanha por qualquer candidato que possa unificar uma resposta democrática no Brasil. Perante a resistência nas ruas, crescem as ameaças de envolvimento militar.

Quem defende este golpe com base no princípio da separação de poderes, finge ignorar que a politização da justiça brasileira é, essa sim, uma violação desse princípio. O que uma parte do sistema judicial está a fazer é, com base num discurso anti-corrupção que mantém em liberdade Temer, Aécio e outros, condicionar ou até determinar o resultados das eleições presidenciais.

O Bloco de Esquerda é solidário com quem, no Brasil, com filiações políticas diversas, quer bater-se pela democracia constitucional que está sob ataque. As eleições de Outubro devem ser livres. Só o serão verdadeiramente se Lula puder ser candidato.

## **PELA LIBERTAÇÃO IMEDIATA DOS PRESOS POLÍTICOS CATALÃES**

O governo espanhol de Rajoy insiste na judicialização do processo político, com a perseguição e prisão dos principais dirigentes catalães. O único caminho para uma resolução democrática do conflito é a libertação de todos os presos políticos catalães e a realização de um referendo pactado entre as autoridades da Catalunha e as do Reino de Espanha, em respeito pelo direito dos povos à autodeterminação.

## **EM ABRIL E MAIO A EXIGÊNCIA NA RUA**

O Bloco participa nas manifestações do 25 de abril e do 1º de maio, mobilizando os seus aderentes e toda a população para as celebrações da revolução de 1974 e do Dia do Trabalhador. Fortalecer a democracia é combater a precariedade no trabalho, na habitação, no acesso à saúde, à cultura e à educação, é reconstruir os serviços públicos e os direitos laborais.